

PAPÉIS DA DOCÊNCIA NOS CURSOS A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

Alexandre José de Carvalho Silva¹, Telsuíta L. Pereira Santos², Warlley Ferreira Sahb³

¹Universidade Federal de Lavras/Centro de Educação a Distância, alexandresilva@ead.ufla.br

²Universidade Federal de Lavras/Centro de Educação a Distância, equipe.ped01@ead.ufla.br

³Universidade Federal de Lavras/Centro de Educação a Distância, ferreira@cead.ufla.br

Resumo – Este artigo tem por objetivo relacionar e discutir alguns papéis desempenhados pelos docentes que atuam em cursos na modalidade a distância na Universidade Federal de Lavras, que seguem a estrutura do sistema Universidade Aberta do Brasil. Recebem destaque as amplas possibilidades de atuação docente que envolvem a elaboração do projeto pedagógico do curso, o projeto pedagógico da disciplina, a formação das pessoas envolvidas com o curso e também o trabalho com uma equipe multidisciplinar. Cabe então aos docentes, além do domínio dos conteúdos específicos de sua área e do conhecimento das tecnologias envolvidas, as competências necessárias para atuar nestes diferentes papéis.

Palavras-chave: Atuação docente; Papéis dos professores; Educação a Distância.

Abstract – This article aims to relate and discuss some roles played by teachers who work in courses in distance mode at the Federal University of Lavras, which follow the structure of the Open University of Brazil system. Given ample opportunity to highlight the educational performance that involve the preparation of pedagogical course design, pedagogical design of the course, the training of the people involved with the course and also work with a multidisciplinary team. It is then up to the teachers, beyond the domain of the specific contents of your area and knowledge of the technologies involved, the necessary powers to act in these different roles.

Keywords: Teaching practice, Teachers' roles, Distance education.

1. Introdução

No Brasil, o avanço das tecnologias digitais proporcionou expansão e ampliação na oferta de cursos a distância nos últimos anos, como afirma estudo de Giolo (2008). Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº9394/96), oficializou possibilidades para oferta de cursos nesta modalidade de ensino, por meio do Art. 80, o qual garante que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996). Em 1998 os Decretos n. 2.494, n. 2.561e n 4.494 abriram o campo para a educação a distância (EaD) e em 2005 o Decreto n. 5.622, complementado posteriormente, pelo decreto n.6.303 de 2007. Tornam a regulamentar o artigo 80 da Lei de Diretrizes e

Bases da Educação desta vez de forma muito mais concreta e detalhada, e revogam os dois decretos mencionados anteriormente, porém incorporando-os quase integralmente. Com esta regulamentação e explícita abertura da EaD para iniciativa privada as ofertas de vagas subiram em 12.000% de 2000 a 2006, conforme dados do Ministério da Educação.

No âmbito Federal foi instituído, pelo Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), integrado por instituições públicas responsáveis pela oferta de cursos superiores e com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Em 2007 a Lei nº 6.303 (BRASIL, 2007) estabeleceu limites e instrumentos de controle, como por exemplo, a definição de que os cursos a distância devem ter duração igual a dos cursos presenciais e que devem existir momentos presenciais obrigatórios, assim como regras para avaliações, estágios obrigatórios, laboratórios e polos de apoio presencial.

Os polos devem dar suporte presencial aos estudantes que residem geograficamente distante da Instituição ofertante, disponibilizando computadores, conexão à internet, infraestrutura adequada às exigências do Sistema UAB e devem dispor de recursos humanos necessários ao seu funcionamento. Devem ser criados, mantidos e institucionalizados pelo mantenedor, um ente federado que pode ser um município ou um estado, credenciados e fiscalizados pela Diretoria de Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além de receberem acompanhamento constante das Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam cursos no polo.

O governo federal, detectando a necessidade de formar professores para a Educação Básica, cumprindo o papel de articulador e fomentando uma política nacional para formação desses profissionais, prioriza no Sistema UAB a oferta cursos de licenciatura, em parceria com várias instituições em território nacional.

Atualmente, pode-se encontrar cursos oferecidos na modalidade a distância, concebidos e executados de diferentes maneiras segundo as concepções das instituições ofertantes. Desta forma vários modelos de cursos a distância são criados, os quais podem privilegiar a interação síncrona ou assíncrona, alguns com momentos presenciais obrigatórios, outros totalmente virtuais, entre outros tipos de formato e estrutura.

A criação e o funcionamento de um curso a distância exige financiamento, cronograma e uma equipe multidisciplinar para a execução dos diversos processos necessários (SCHUELTER, 2010). Entre os membros da equipe devem existir especialistas em tecnologias digitais, em ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), em vídeo, em áudio, além de professores, tutores, secretários, entre outros.

Esse artigo aborda, no âmbito da Universidade Federal de Lavras (UFLA), estilos de cursos de educação formal em nível superior, com pessoas agrupadas em salas de aula virtuais, utilizando de interações síncronas e assíncronas, com

momentos presenciais obrigatórios, tendo o apoio de professores, tutores, entre outros envolvidos. Nesta concepção o professor pode desempenhar diversos papéis, antes, durante e após o período da disciplina ou curso. Sendo estas ações de fundamental importância, devem ser claramente definidas almejando atingir os objetivos dos cursos. Para melhor compreender tais papéis nos propomos a situar as ações durante todo o processo nos cursos oferecidos nesta modalidade pela UFLA.

2. Múltiplos Papéis Docentes

O professor pode vir a desempenhar diversos papéis em um curso EaD e não necessariamente a mesma pessoa desempenhará todos os papéis que serão citados. A elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) constitui a primeira função docente a ser exercida na elaboração e execução de um curso a distância. O docente deverá fazer parte de uma comissão composta de outros docentes de áreas afins e outros representantes, que trabalharão com o apoio do Centro de Educação a Distância (CEAD) e da Pró-reitoria de Graduação (PRG) na construção coletiva de projeto pedagógico.

Essa fase é composta de várias tarefas, tal como a preparação de materiais diversos que serão utilizados no curso, trabalhando assim de forma multidisciplinar. Após conclusão do material devem ser selecionados e formados os tutores que deverão exercer a docência junto aos cursistas, interagindo e mediando a produção de significado pelo aluno (SILVA, 2003).

O esquema, representado na Figura 1 a seguir procura representar etapas de trabalho docente em cada uma destas fases.

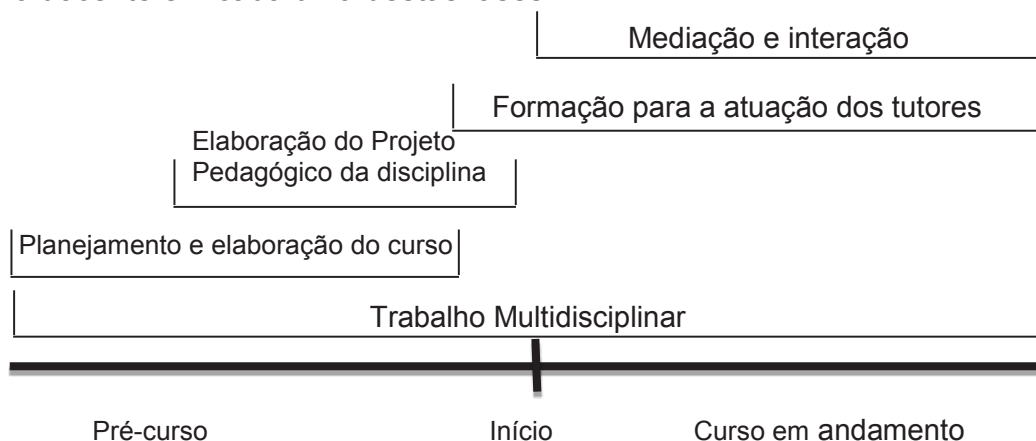


Figura 1 – Papéis da docência no decorrer de uma disciplina em EaD

Fonte: elaborada pelos autores

Pode-se perceber que há papéis que podem ser desempenhados simultaneamente. Alguns são desenvolvidos apenas antes do início efetivo do curso.

Outros começam antes do início das disciplinas e dão continuidade junto à execução destas. Há ainda os que iniciam junto às disciplinas e findam com as mesmas, como é o caso da “Mediação e interação”, pois consiste nas ações de professores, tutores e demais agentes com os estudantes.

A seguir serão detalhadas as ações da docência na educação a distância apresentadas na Figura 1. Salienciamos que estas se encontram em ordem de inserção no processo, conforme esquema, e não em ordem de importância, pois, cada papel apresenta sua especificidade e necessidade inerente do processo.

2.1. Planejamento e Elaboração Do Curso

De acordo com os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007), elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), os cursos ofertados na modalidade a distância podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos. A natureza do curso, as reais condições do cotidiano e as necessidades dos estudantes são os elementos que definirão a tecnologia, a metodologia e a concepção pedagógica a serem utilizadas na sua condução (SCHUELTER, 2010).

Nesta fase, resultado do trabalho docente e do Colegiado de Curso – que na UFLA tem suas funções e seu funcionamento estabelecido e regulado por resolução interna do Conselho Universitário são definidas normas e estratégias que repercutirão nas ações docentes posteriores. Entre as primeiras definições destacamos a importância de:

- Estabelecer quais disciplinas deverão compor o curso;
- A frequência dos encontros presenciais;
- Quantidade máxima de cursistas em cada turma;
- Quantidade de turmas e Polos de Apoio Presencial;
- Características dos materiais digitais e impressos;
- Mecanismos de suporte e resolução de problemas tecnológicos operacionais disponíveis e,
- Cronograma do curso.

Para participar da elaboração e gestão do projeto é necessário que o professor tenha um conhecimento geral na área das disciplinas do curso, capacitação para atuar em disciplinas na modalidade a distância e experiência em EaD. É fundamental também que o docente envolvido conte com suporte de colaboradores que tenham conhecimentos em gestão de cursos a distância, pois, os

programas, cursos, disciplinas ou mesmo conteúdos oferecidos a distância exigem “administração, desenho, lógica, linguagem, acompanhamento, avaliação, recursos técnicos, tecnológicos, de infraestrutura e pedagógicos” (BRASIL, 2007, p.7), que não são mera transposição do presencial. Ou seja, a educação a distância tem sua identidade e especificidades próprias, que devem ser observadas e respeitadas.

Construído o projeto do curso, é necessário aprová-lo junto às instâncias internas superiores e junto aos órgãos externos competentes, que decidirão sobre seu financiamento. Nessa fase pode haver negociações e modificações. Após aprovação do PPC inicia a fase de designação ou contratação de profissionais e instalação das equipes de gestão e execução do curso.

2.2. Elaboração do Projeto Pedagógico das Disciplinas

Antes do início do processo de ensino e aprendizagem, há outro importante papel docente. Para cada disciplina do curso deverá ser designado ou contratado um professor - denominado professor-conteudista - o qual será responsável por estruturar a disciplina e elaborar o seu guia de estudos, sempre tomando como parâmetro de trabalho o PPC do curso. No guia pode conter ilustrações, questões disparadoras de reflexão e diversos gêneros textuais, como por exemplo, o uso de charges. Esse material deve fazer indicações de livros e textos-fonte da temática da disciplina, bem como comentários e recomendações para outras leituras. Tais indicações, segundo Preti (2010, p.18), podem ser constituídas por textos “literários, filosóficos, científicos, considerados 'originais clássicos'”, além dos materiais produzidos especificamente para a disciplina. Assim como o livro didático usado comumente como material de apoio nas aulas presenciais, o guia de estudos pode ser alvo de críticas, mas é importante verificar as diversas possibilidades de sua utilização. Ele deve funcionar como suporte aos estudos e não como um trilho que conduz linearmente o desenvolvimento da disciplina.

Tem-se também a figura do professor-formador, cabendo a ele a elaboração do Projeto Pedagógico da Disciplina (PPD). Esse planejamento se desdobrará em indicações para a construção ou seleção de artefatos (ENGSTRÖM, 2002) que serão usados no desenvolvimento da disciplina, tais como textos complementares, vídeos, áudios, páginas da internet, entre outros, definindo inclusive quais atividades constarão na disciplina, quais serão presenciais e quais serão a distância. É trabalhado também nesta etapa o processo de avaliação da disciplina em questão. Tais indicações e ações coletivas de trabalho dão origem ao que denominamos de matriz de designer instrucional. Nela devem constar todas as especificações das atividades e recursos a serem utilizados na disciplina.

Nesta fase os docentes envolvidos contam com apoio da equipe de trabalho multidisciplinar da Coordenadoria de Apoio Técnico e da Coordenadoria Pedagógica

ambas componentes da estrutura do CEAD/UFLA, que disponibiliza profissionais capacitados para realizarem o designer instrucional das disciplinas e, ainda, para prestar assessoria pedagógica nesta etapa do processo.

2.3. Trabalho Multidisciplinar

Diferentes tipos de materiais podem ser utilizados na relação educativa, sendo disponibilizados nos AVAs das disciplinas, considerados materiais digitais. Entre eles, vídeos de formatos e origens variados, áudios, telas de apresentação, objetos de aprendizagem e sites de fontes diversas.

Destaca-se a possibilidade de gravação de videoaulas e a realização de webconferências pelo professor-formador, para serem utilizadas como suporte aos estudos e proporcionar o contato entre estudantes e professor-formador. Assim facilita-se a dinâmica de apoio pedagógico, contando com a atuação interativa de um dos papéis da docência na EaD.

Para que isso possa se concretizar é necessário o apoio de uma equipe multidisciplinar composta por profissionais em desenho educacional, infraestrutura de tecnologia da informação, diagramação, desenvolvedor de páginas para internet, entre outros. Nessa fase de preparação de artefatos (ENGESTRÖM, 2002) para a disciplina, a experiência e conhecimento do professor em didática e nos conteúdos disciplinares serão o fio condutor das produções, porém, não são suficientes para assegurar a qualidade e a produção de materiais adequados para o desenvolvimento das disciplinas.

Segundo os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007), a produção de materiais impressos, vídeos, programas televisivos e radiofônicos, videoconferências, mídias, páginas web e outros objetos de aprendizagem, para uso a distância, atendem a diferentes lógicas de concepção, produção, linguagem, estudo e controle de tempo. O uso combinado destas possibilidades deve ser harmônico “sempre na perspectiva da construção do conhecimento e favorecendo a interação entre os múltiplos atores” (BRASIL, 2007, p.14). É necessário, portanto, que os professores responsáveis pela produção dos conteúdos trabalhem integrados com a equipe multidisciplinar.

Esta situação mostra a necessidade de um perfil diferenciado do professor-formador, pois ele precisará ter competências não somente didático-pedagógicas e nos conteúdos específicos da disciplina, mas também deve ter conhecimento das possibilidades e meios tecnológicos disponíveis, bem como diálogo e cooperação com pessoas de outras áreas.

De acordo com os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007) os professores devem ser capazes de:

- estabelecer os fundamentos teóricos do projeto;
- selecionar e preparar todo o conteúdo curricular articulado a procedimentos e atividades pedagógicas;
- identificar os objetivos referentes a competências cognitivas, habilidades e atitudes;
- definir bibliografia, videografia, iconografia, audiografia, tanto básicas quanto complementares;
- elaborar o material didático para programas a distância;
- avaliar-se continuamente como profissional participante do coletivo de um projeto de ensino superior a distância.

Pode-se perceber que as funções dos professores de cursos a distância são expandidas em relação ao presencial, fato que requer qualificação mais específica para exercer as funções. A qualificação para o bom desempenho das funções docente não é exclusiva da atuação na educação a distância, pois, atualmente, também os cursos presenciais vem se utilizando das novas tecnologias digitais aplicadas à educação. O diferencial do professor-formador na EaD se dá na maior exigência de domínios específicos.

Esta mesma atenção e esta mesma cobrança no que diz respeito à capacitação para atuar bem com as particularidades da modalidade a distância são requeridas para os tutores selecionados para atuar nesse processo.

2.4. Formação para a Atuação dos Tutores

Após conclusão da elaboração da disciplina iniciam-se os processos de seleção de tutores para atuação direta com esses estudantes. O processo seletivo de tutor incorpora, como uma das suas fases, um curso de formação inicial, como uma etapa de preparação para conhecimento e melhor desempenho das funções que lhes são atribuídas.

É comum nos deparamos com duas especificações: tutor presencial e tutor a distância. O tutor presencial é responsável por atender presencialmente os cursistas no Polo de Apoio Presencial. Ele não necessariamente precisa dominar os conteúdos disciplinares do curso. Geralmente é selecionado para atuar durante todo o período do curso. Faz parte de suas atribuições: atender os cursistas nos polos em horários pré-estabelecidos; ter conhecimento do projeto pedagógico do curso e do material didático sob sua responsabilidade, a fim de auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, quando for o caso; fomentar o hábito da pesquisa; apoiar os cursistas quanto ao uso das tecnologias

disponíveis e participar ativamente dos momentos presenciais obrigatórios aos estudantes, tais como avaliações, aulas práticas, vídeo ou webconferências, entre outros. “O tutor presencial deve manter-se em permanente comunicação tanto com os estudantes quanto com a equipe pedagógica do curso.” (BRASIL, 2007, p.22)

O tutor a distância, conforme deliberação dos Colegiados de Cursos e no caso dos processos seletivos da UFLA, deve ser formado na área específica da disciplina a ser trabalhada, pois, é o responsável pela mediação pedagógica e interação com os cursistas. A seleção acontece periodicamente para atuar em cada disciplina e não durante todo o curso como o tutor presencial. Faz parte de suas atribuições: esclarecer as dúvidas dos estudantes por meio de fóruns de discussão, chats ou mensagens via AVA e participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem junto ao professor-formador. Podem participar também dos momentos presenciais obrigatórios aos estudantes no processo de aplicação de avaliações, aulas iniciais da cada disciplina e na conclusão das mesmas.

No modelo sugerido pelo Sistema UAB, com base no documento Referenciais de Qualidade (BRASIL, 2007), as turmas devem ser compostas por até 25 estudantes. Cada turma deve contar com o acompanhamento de um tutor a distância e no mínimo um tutor presencial por curso, podendo este ser responsável por mais de uma turma. Em disciplinas ofertadas em processo de recuperação podem ser admitidas turmas com 15 estudantes.

Tendo em vista que o professor-formador é a pessoa com maior experiência e domínio nos conteúdos e que é o principal autor do projeto pedagógico da disciplina, caberá a ele participar do processo de formação, inicial e continuada, dos tutores para exercerem a mediação pedagógica. Esta preparação conta com o suporte da equipe da Coordenadoria Pedagógica do CEAD, enfatizando as ações, estratégias e posturas pedagógicas e não somente os conteúdos específicos da disciplina.

Corroboramos com Freire (1996) ao dizer que conhecimento não é algo que se transfere, portanto, devemos ponderar tutores como mediadores, participando ativamente e promovendo debates, oportunizando momentos de reflexão para a desconstrução e (re)construção dos conhecimentos dos estudantes. Para isso será necessário ocorrer um processo de formação em que todos os agentes envolvidos tenham liberdade para propor, criticar e construir junto com o professor-formador e a equipe da Coordenadoria Pedagógica e Coordenadoria de Apoio Técnico do CEAD as melhores estratégias.

Faz-se necessário também organizar e realizar momentos de interação junto aos professores-formadores e demais agentes envolvidos no processo antes do início da disciplina, almejando discutir e decidir detalhes para melhor desenvolvimento da mesma. No decorrer da disciplina a formação e a interação tem continuidade, pois é de fundamental importância para o sucesso da ação pedagógica inerente aos vários agentes envolvidos.

2.5. Mediação e Interação

Segundo os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007), o uso inovador das tecnologias digitais aplicadas à educação a distância deve estar apoiado em uma filosofia de aprendizagem que proporcione aos estudantes a oportunidade de interagir, de desenvolver projetos compartilhados, de reconhecer e respeitar diferentes culturas e de construir o conhecimento.

O professor-formador além de ter conhecimento do conteúdo e do projeto pedagógico da disciplina, também deve conhecer suficientemente o AVA e as tecnologias aplicadas à educação para, assim, poder selecionar adequadamente as ferramentas mais indicadas para alcançar os objetivos propostos. Deve também utilizar destas para interagir de forma produtiva com tutores e demais agentes envolvidos, almejando o êxito no processo, a agilidade na comunicação e maior segurança para os tutores nos feedbacks e avaliações do processo ensino-aprendizagem. Entende-se, como Bruno e Lemgruber (2010) que deve existir uma boa comunicação e entrosamento entre pessoas de diferentes funções docentes de forma a potencializar a mediação.

Os mecanismos que promovem a interatividade podem contribuir, se trabalhadas com metodologias adequadas, para que se alcance êxito pedagógico quando se utiliza a tecnologia como meio de comunicação. Dentre os mecanismos podemos citar mensagem eletrônica, videoconferências, webconferência ou os meios de comunicação dos ambientes virtuais de aprendizagem como mensagem individual, chat e fórum. Salientamos que mesmo quem pratica uma educação bancária (FREIRE, 1996) pode fazer uso de todos esses meios para comunicação, sem, no entanto, promover a problematização e a construção de conhecimento.

A motivação para estudar pode ser intrínseca quando se parte da problematização num movimento de dialogicidade com estudantes (FREIRE, 1987). Isso pode ser conseguido quando se coloca o estudante na condição de sujeito de seu processo de aprendizagem e quando o tutor a distância atua como um agente que também aprende e é sujeito de sua aprendizagem e ação docente, em cooperação com o professor-formador e outros agentes envolvidos.

Faz-se necessário que, desde a construção do PPD, estejam previstas e se realizem propostas de atividades nas quais os estudantes sejam provocados a falarem ou escreverem o que sabem sobre os conteúdos e temas. Que possam expor seus conhecimentos aos tutores e colegas, que provoquem trocas de ideias preliminares ao iniciar os estudos em cada temática, no desenvolver desta e em sua finalização. Freira (1987, p.44) afirma que “não é no silêncio que as pessoas se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação reflexão”. Cabe então àqueles que exercem os diversos papéis na função docente planejar, propiciar e orientar momentos de interação, diálogo e reflexão.

3. Considerações Finais

Os modelos de educação a distância atuais estão cada vez mais relacionados com o uso de tecnologias e isso implica na necessidade de novos conhecimentos e atualizações constantes. Em tempos de cibercultura, pensar o papel do professor significa romper com as imagens predominantes que tínhamos até poucas décadas e entender a multiplicidade e a integração de papéis que podem ser exercidos na função docente. Portanto, o professor precisa ter um conhecimento geral sobre as ferramentas e tecnologias disponíveis, para que em um trabalho de construção coletiva com os diversos membros das equipes multidisciplinares, possam ser feitas as escolhas mais adequadas e coerentes com o projeto pedagógico do curso e o plano de ensino da disciplina.

Na educação a distância o domínio dos conteúdos, a ação didática e pedagógica não devem ser diminuídas em relação aos cursos presenciais mesmo sem ter a presença física do professor. Como podemos perceber há necessidade de um perfil diferenciado dos atores envolvidos com a EaD, principalmente do professor-formador, em relação as suas competências para que se obtenha êxito nos cursos e no processo ensino-aprendizagem.

Dentre os diversos papéis da docência na EaD destacamos que o trabalho multidisciplinar deve acontecer do início ao fim. Ou seja, desde o planejamento inicial do curso (elaboração do PPC) até a avaliação no desenvolvimento da disciplina junto aos estudantes. Um mesmo professor pode exercer diferentes papéis durante todo o processo ou participar apenas de determinada parte, de acordo com sua disponibilidade, interesse ou domínio.

Nas Instituições de ensino de todo o país, tecnologias e métodos vem sendo incorporador cotidianamente. Esta tendência sinaliza para a combinação harmônica entre atividades presenciais e a distância até mesmo em cursos na modalidade presencial. Com o surgimento de novas ações, práticas e recursos, novos papéis para a ação docente na educação a distância vão surgindo. Não apresentamos neste trabalho papéis mais específicos exigidos em cada disciplina, de acordo com suas individualidades, porém, é importante que o docente esteja aberto às inovações e a refletir cotidianamente sobre sua prática e novas possibilidades.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dezembro de 1996.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação a Distância. Referenciais de qualidade para educação superior a distância. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>> acesso em 15.jan.2014

- BRUNO, A. R.; LEMGRUBER, M. S. Docência na educação online: professorar e(ou) tutorar? In: Tem professor na rede. BRUNO, Adriana R. [et al.]. Juiz de Fora, MG, UFJF, 2010.
- ENGESTRÖM, Yrjö. Aprendizagem por expansão na prática: em busca de uma reconceituação a partir da teoria da atividade. Cadernos de Educação Universidade Federal de Pelotas, ano 11, n.19: 31-64, jul./dez. 2002.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GILOLO, J. A educação a distância e a formação de professores. Revista Educação e Sociedade, v.29, n.105, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a13>>. Acesso em 04.set.2013
- PRETI, O. Produção de Material Didático Impresso: Orientações Técnicas e Pedagógicas. Oreste Preti. Cuiabá: UAB/UFMT, 2010. Disponível em: <http://www.uab.ufmt.br/uab/images/livros_download/producao_material_didatico_impresso_oreste_preti.pdf>. Acesso em 30.abr.2013
- SCHUELTER, G. Modelo de educação a distância empregando ferramentas e técnicas de gestão do conhecimento. 2010. 210 p. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal da Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- SILVA, Amarildo M. Sobre a dinâmica da produção de significados para a Matemática. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.